



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ**

EDITAL – Nº 02/2025

TARDE

OFICIAL INVESTIGADOR

NÍVEL SUPERIOR – TIPO 4 – AZUL



SUA PROVA

- Além deste caderno, contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de sala:
 - o cartão de respostas das questões objetivas
 - a folha de textos definitivos para a redação



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha destinada aos textos definitivos da redação.
- 3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

As questões prova de Língua Portuguesa referem-se ao texto a seguir:

Quase 90% das mulheres mortas por feminicídio no Piauí entre janeiro de 2022 e abril de 2025 não denunciaram os agressores à polícia, segundo levantamento da Secretaria de Segurança Pública do estado (SSP-PI) divulgado nesta segunda-feira (8).

Os dados fazem parte da Biografia da Vítima de Feminicídio, produzida pela Gerência de Análise Criminal Estatística (Gace), e mostram que 87,85% das vítimas não haviam registrado boletim de ocorrência contra os agressores.

A SSP alerta que o feminicídio costuma ser precedido por diferentes formas de violência. “O ciclo começa com xingamentos, ciúmes excessivos, piadas ofensivas, ameaças, controle, assédio sexual, chantagem, mentiras, ofensas e humilhações públicas”, informou o órgão. “Em seguida, o agressor passa a cometer agressões físicas, como beliscões, arranhões, empurrões e chutes, além de destruir objetos da vítima. No estágio mais grave, há confinamento, lesões corporais, ameaças com armas, abuso sexual, espancamento e ameaça de morte. Por fim, ocorre o feminicídio”, detalhou.

A SSP, a Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça e a Secretaria das Mulheres do Piauí lançaram a cartilha “Você denuncia, o estado acolhe”. O material reúne informações simples e diretas sobre como denunciar casos de violência, os direitos das vítimas e os serviços disponíveis.

A cartilha está disponível online, no site da SSP e nas redes sociais do órgão, por meio de QRCode. O objetivo é facilitar o acesso às informações, incentivar denúncias e reforçar o apoio às vítimas.

<https://g1.globo.com>

1

Assinale a opção correta sobre as formas de coesão verificadas na construção do referente “cartilha” no texto.

- (A) Hipônimo e repetição.
- (B) Sinônimo e repetição.
- (C) Homônimo e repetição.
- (D) Hiperônimo e repetição.
- (E) Parônimo e repetição.

2

O texto apresenta vários objetivos, **exceto**

- (A) promover o lançamento da cartilha com informações relevantes acerca do feminicídio.
- (B) contribuir com o aprimoramento de dados qualificados da segurança pública do Piauí, a fim de conscientizar sobre os crimes de violência contra a mulher.
- (C) apresentar atitudes que caracterizam a agressão contra a mulher para facilitar o reconhecimento das diferentes formas desse tipo de violência.
- (D) expor informações de crimes de violência contra a mulher por meio da alusão aos órgãos legitimados ao dizer.
- (E) possibilitar o aumento do número de denúncias de casos de violência contra mulher, a partir da divulgação de características desse crime e de canais de denúncia.

3

O texto aplica algumas estratégias argumentativas a fim de defender um ponto de vista, **exceto**

- (A) o uso de dados numéricos precisos, a fim de sustentar a relevância do tema e a consequente opinião do enunciador sobre o assunto.
- (B) a exploração do recurso da gradação no terceiro parágrafo do texto, para intensificar um apelo sensível no leitor.
- (C) o emprego majoritário da terceira pessoa do singular com a finalidade de imprimir efeito de imparcialidade ao texto, reforçando a argumentação pelos fatos apresentados.
- (D) a utilização de trechos em discurso direto, persuadindo o leitor pelo sentido de credibilidade que este tipo de procedimento imprime na argumentação.
- (E) a ênfase na contraposição, demarcada no texto pelo contraste entre o alto número de mulheres vítimas de feminicídio no Piauí e o baixo número de denúncias desse crime.

4

Sobre a análise das vozes verbais da frase: “o feminicídio costuma ser precedido por diferentes formas de violência”, assinale a opção **incorrecta**.

- (A) “Diferentes formas de violência costumam preceder o feminicídio” é a estrutura da frase na voz ativa.
- (B) “Por diferentes formas de violência” classifica-se como agente da passiva da oração.
- (C) “Costuma-se preceder o feminicídio” corresponde à estrutura da frase na voz passiva sintética.
- (D) “Ser precedido” é uma locução verbal formada por verbo auxiliar acrescido do verbo no particípio, estrutura característica de voz passiva analítica.
- (E) O termo “o feminicídio” ganha destaque por sua posição na frase, ainda que se caracterize por sofrer a ação expressa pelo verbo.

5

Julgue as sentenças a seguir a respeito da pontuação na frase:

“Os dados fazem parte da Biografia da Vítima de Feminicídio, produzida pela Gerência de Análise Criminal Estatística (Gace), e mostram que 87,85% das vítimas não haviam registrado boletim de ocorrência contra os agressores”.

- I. A vírgula antes do conectivo se justifica por haver sujeitos diferentes na sentença.
- II. A dupla marcação de vírgulas ocorre em função do aposto explicativo.
- III. As vírgulas marcam uma oração adjetiva explicativa, que pode ser retirada da frase sem prejuízo de sentido.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

6

Assinale a opção em que há escolha de omissão do sujeito da oração.

- (A) “87,85% das vítimas não haviam registrado boletim de ocorrência contra os agressores”.
- (B) “No estágio mais grave, há confinamento, lesões corporais, ameaças com armas, abuso sexual, espancamento e ameaça de morte”.
- (C) “Por fim, ocorre o feminicídio”.
- (D) “Você denuncia, o estado acolhe”.
- (E) “O objetivo é facilitar o acesso às informações”.

7

No terceiro parágrafo do texto, há uma sequência narrativa que se caracteriza

- (A) pelos marcadores de tempo-espacô, que indicam sucessão dos acontecimentos.
- (B) pelos verbos no presente do indicativo, que denotam a perspectiva de quem narra as ações.
- (C) pelo uso das aspas simulando um diálogo entre interlocutores a nível intratextual.
- (D) pela inscrição de uma narrativa psicológica, observando as ações hipotéticas que descrevem o ato de violência.
- (E) pela descrição de cenas que remontam uma figurativização dos atos narrados, sensibilizando o leitor.

8

Na frase “o objetivo é facilitar o acesso às informações, incentivar denúncias e reforçar o apoio às vítimas”, observa-se uma estrutura sintática formada por

- (A) oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo.
- (B) oração subordinada substantiva predicativa reduzida de infinitivo.
- (C) oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo.
- (D) oração subordinada adverbial consecutiva reduzida de infinitivo.
- (E) oração subordinada adjetiva reduzida de infinitivo.

Raciocínio Lógico Matemático, Estatístico e Contábil

9

Um terreno quadrangular regular tem lados medindo L metros e área medindo A metros quadrados. O terreno passará por uma obra de ampliação, ao final da qual será mantida a sua forma quadrangular.

O aumento percentual a ser dado sobre L , para que a área do terreno ampliado meça $3A$, é mais próximo de

- (A) 20%.
- (B) 30%.
- (C) 50%.
- (D) 70%.
- (E) 100%.

10

Um setor bancário possui cinco funcionários: Paulo, Roberto, Renato, Sílvio e Lúcio. O setor de segurança do banco descobriu que um desses funcionários utilizou um serviço de nuvem não autorizado. Ao serem questionados acerca da eventual utilização de tal serviço, cada funcionário respondeu como a seguir:

Sílvio: Quem utilizou o serviço não foi Roberto.

Roberto: Quem utilizou o serviço foi Renato ou Sílvio.

Renato: Quem utilizou o serviço não foi Sílvio, nem Lúcio.

Paulo: Eu não utilizei o serviço.

Lúcio: Roberto está mentindo.

O menor número de funcionários que mentiram é

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

11

Na elaboração de um laudo relacionado à situação financeira de uma entidade em 31/12/2024, foi constatado que as suas obrigações com terceiros eram de R\$ 30.000 e que estas deveriam ser pagas em até 9 meses.

Em relação ao Balanço Patrimonial da entidade, tinha saldo de R\$ 30.000 o grupo denominado

- (A) ativo circulante.
- (B) passivo circulante.
- (C) patrimônio líquido.
- (D) ativo não circulante.
- (E) passivo não circulante.

12

Para realizar as suas atividades externas, uma equipe de investigadores tem a propriedade de cinco veículos.

Em 01/01/2024, foi contratado o seguro de dois anos dos veículos. O valor, de R\$ 24.000, foi pago em duas parcelas iguais, em fevereiro e março do mesmo ano. A vigência do seguro teve início em 01/03/2024 e o seguro é apropriado mensalmente, de forma linear.

Considerando que a equipe apura mensalmente o seu resultado, assinale a opção correta em relação ao reconhecimento da despesa de seguros, de acordo com o Regime de Competência.

- (A) R\$ 24.000 em janeiro.
- (B) R\$ 12.000 em fevereiro.
- (C) R\$ 12.000 em março.
- (D) R\$ 1.000 em abril.
- (E) zero em maio.

13

Um computador leva 23 segundos para listar todas as possíveis ordenações de 8 caracteres distintos que foram dados.

Supondo que o computador trabalha sempre no mesmo ritmo, o tempo que ele levaria para listar todas as possíveis ordenações de 12 caracteres distintos dados é de

- (A) 35 minutos e 33 segundos.
- (B) 34 minutos e 5 segundos.
- (C) 3 horas, 5 minutos e 54 segundos.
- (D) 3 dias, 5 horas e 35 minutos.
- (E) 3 dias, 3 horas e 54 minutos.

14

Trinta estudantes realizaram uma prova de 10 questões de múltipla escolha, em que cada questão valia 1 ponto. A média aritmética e o desvio-padrão das 30 notas obtidas são iguais a M e D, respectivamente.

Se $M = 0$ ou 10 , então D é

- (A) 0
- (B) 5
- (C) 10
- (D) 15
- (E) 30

Informática

15

A fim de potencializar a gestão de dados de seus sistemas, a Polícia Civil concebeu um projeto de integração de seu sistema de bancos de dados sustentado na arquitetura de três níveis (arquitetura ANSI/SPARC), unificando informações de inquéritos, boletins de ocorrência, perícias e registros de antecedentes criminais, garantindo interoperabilidade entre delegacias e órgãos de apoio técnico.

Com base na arquitetura de três níveis proposta pelo padrão ANSI/SPARC, essa característica está associada à

- (A) abstração de visão, que isola o acesso externo dos usuários, sem interferir na definição de índices ou diretórios.
- (B) fragmentação horizontal, que otimiza o desempenho distribuindo registros entre servidores sem alterar o esquema externo.
- (C) independência física de dados, que permite modificar a estrutura de armazenamento sem impacto sobre o esquema conceitual.
- (D) independência lógica de dados, que permite alterar o modelo conceitual sem afetar o modelo físico de armazenamento.
- (E) normalização, que garante consistência semântica entre as relações de entidades físicas e conceituais no banco.

16

No âmbito das investigações policiais, os diversos modelos de Inteligência Artificial Generativa destacam-se por sua capacidade de analisar, sintetizar e reconstruir informações complexas provenientes de múltiplas fontes digitais. Assim, a IA generativa revela-se uma aliada essencial na integração e interpretação de grandes volumes de dados forenses, aprimorando a eficiência, a rastreabilidade e a precisão analítica das atividades investigativas. Assinale a opção que **não** descreve corretamente as características dos modelos de Inteligência Artificial Generativa.

- (A) O modelo de áudio e voz generativo, de natureza intermodal, integra múltiplos sentidos, explorando a complementaridade entre eles, possibilitando traduções cruzadas entre modalidades.
- (B) Os modelos de difusão, sustentados por cadeias estocásticas e treinados por inferência variacional, reproduzem em amostras a distribuição original ao reverter o processo de difusão que adiciona ruído aos dados.
- (C) Os modelos de linguagem de grande porte (LLMs) são treinados para prever a probabilidade de um caractere, palavra ou sequência (*token*) dado o seu contexto precedente ou circundante.
- (D) Os modelos fundacionais são treinados em dados amplos e capazes de adaptação a uma ampla variedade de tarefas subsequentes, servindo de base para outros modelos.
- (E) Os modelos generativos adversariais (GANs) consistem em dois modelos: um gerador, que aprende a capturar a distribuição de dados, e um discriminador, que estima a probabilidade de uma amostra ser real.

17

Um investigador prepara um relatório que detalha a ocorrência de manchas criminais em uma determinada cidade, a ser submetido ao delegado responsável por uma área. Todavia, é necessário que no documento inicialmente produzido exista uma indicação ao fundo de todas as páginas, com o texto “MINUTA” na diagonal de forma semitransparente.

O recurso do editor Microsoft Word 365, versão português brasileiro, que viabiliza tal demanda é denominado

- (A) “Comentários”, localizado no grupo “Marcação” da guia “Revisão”.
- (B) “Formatar Plano de Fundo”, localizado no grupo “Editar” da guia “Desenhar”.
- (C) “Marca-d’água”, localizado no grupo “Plano de Fundo de Página” da guia “Design”.
- (D) “Ocultar Tinta”, localizado no grupo “Tinta” da guia “Revisão”.
- (E) “Estilos”, localizado no grupo “Suplementos” da guia “Página Inicial”.

18

O uso de portais internos, sistemas de boletins eletrônicos e plataformas de inteligência policial depende, nos dias contemporâneos, amplamente do protocolo HTTP para comunicação entre navegadores e servidores. Esse protocolo viabiliza a transmissão de relatórios, consultas a bases de dados criminais e o envio de evidências digitais, garantindo o funcionamento adequado das aplicações web utilizadas nas atividades investigativas e administrativas.

Com base nesses conceitos, é correto afirmar que, no âmbito do protocolo HTTP, o método

- (A) *GET* permite que um usuário faça uma conexão com um servidor Web por meio de um dispositivo intermediário.
- (B) *HEAD* conecta por meio de um *proxy* por autenticação e permissão para depuração de dados.
- (C) *POST* captura uma página e faz download de dados para o servidor.
- (D) *PUT* fornece um meio para que o cliente consulte o servidor sobre uma página e obtenha os métodos e cabeçalhos que podem ser usados com ela.
- (E) *TRACE* instrui o servidor a enviar de volta a solicitação recebida.

19

O controle de cookies em dispositivos utilizados para atividades policiais é fundamental para preservar a segurança da informação e a integridade das evidências digitais durante investigações, uma vez que esses arquivos podem armazenar dados de autenticação, preferências e rastros de navegação, expondo informações sensíveis a terceiros se não forem devidamente geridos. Nesse contexto, os navegadores modernos adotam políticas específicas de armazenamento, gerenciamento, bloqueio e isolamento de cookies — conhecidas como *cookie jars* — com o objetivo de reforçar a proteção de dados e a privacidade na navegação.

Quanto ao tratamento de "cookies jar" nos navegadores Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox, assinale a opção correta.

- (A) No Google Chrome, o isolamento de *cookies* é garantido por padrão através de um sistema nativo denominado *Privacy Sandbox*, que cria um contêiner separado para cada domínio visitado, impedindo qualquer compartilhamento entre sites distintos.
- (B) No Mozilla Firefox, o recurso *Total Cookie Protection* mantém um contêiner separado de *cookies* para cada site visitado, evitando que *cookies* de terceiros rastreiem o usuário entre domínios diferentes.
- (C) O Microsoft Edge, por utilizar o mesmo núcleo *EdgeHTML* do Google Chrome, concentra um modelo de *cookie jar* isolado por site idêntico ao do Firefox, evitando o rastreamento entre domínios.
- (D) No Google Chrome, a utilização desbloqueada de *cookies* de terceiros é obtida imediatamente à ativação do usuário no modo de navegação anônima, o que cria um "*cookie jar*" permanente e compartilhado entre todas as abas abertas.
- (E) O Microsoft Edge implementa o recurso de "*cookie jars*" no modo *Container Cookies*, que mantém *cookies* de diferentes sites agrupados em uma mesma instância de navegador, permitindo rastreamento cruzado controlado.

20

A adoção de soluções de *hardware* na atividade policial fortalece a proteção de dados, a integridade das evidências digitais e a eficiência dos processos operacionais de segurança pública.

Considerando os conceitos básicos de dispositivos de segurança e coleta de dados utilizados em contextos policiais, assinale a opção correta.

- (A) As câmeras corporais (*bodycams*) registram a luz policromática e a convertem em monocromática, variando a cor de cada ponto da imagem (*pixel*) pela frequência de luz que passa pelo filtro, com vistas a reduzir a demanda por espaço interno de armazenamento no dispositivo.
- (B) Coletores de dados móvel (*rugged devices*) são dispositivos de entrada de dados que convertem elementos de mídia em dados criptografados e salvos internamente aos dispositivos, tornando-os inacessíveis a usuários que não tenham sido previamente cadastrados e autorizados.
- (C) O disco rígido com autocriptografia (SED) criptografa dados de forma automática por meio de *firmware* gravado em memória *Flash ROM* no dispositivo aos arquivos, simplificando a proteção de dados e melhorando o desempenho.
- (D) O *token* criptográfico ou *smartcard* estabelece comunicação com seus leitores por meio de conexões radiofrequência ou *bluetooth*, implementando o princípio do não contato físico do equipamento ("physical contactless") por razões de segurança.
- (E) Os Módulos de Segurança de *Hardware* (*Hardware Security Module* – HSM) são dispositivos de *hardware* físicos, robustos e seguros, projetados para proteger chaves criptográficas, usadas para criptografar e descriptografar dados e para criar assinaturas digitais.

21

O conhecimento sólido da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) — Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 — é essencial para garantir a legalidade e a ética no tratamento de informações obtidas durante investigações e operações digitais conduzidas pela Polícia Civil. A manipulação de dados provenientes de sites, sistemas e dispositivos eletrônicos, como os *cookies* utilizados na navegação na internet, requer atenção especial às disposições da referida lei, sobretudo quando se trata de dados não essenciais à persecução penal ou à execução de atos administrativos.

No que concerne ao embasamento oferecido pela LGPD à exigência de consentimento do usuário (titular) de *cookies* não essenciais, um dos artigos que contemplam essa demanda é o artigo

- (A) 5º, que, em seu inciso X, define tratamento de dados pessoais como toda operação realizada com dados pessoais sensíveis, transformando-os em dados anonimizados, a fim de evitar o uso compartilhado de dados.
- (B) 7º, que, em seu inciso I, estabelece que o tratamento só pode ocorrer mediante consentimento do titular, salvo outras bases legais.
- (C) 8º, que indica a necessidade de expressão explícita do titular por escrito ou por outro meio que demonstre sua manifestação de vontade, abrangendo de forma genérica o tratamento a ser realizado.
- (D) 9º, que regula o legítimo interesse do controlador no tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações abstratas de apoio e promoção de atividades do controlador.
- (E) 19, que exige o fornecimento de confirmação de existência ou acesso ao tratamento de dados sensíveis, mediante requisição do titular, por meio de declaração clara e completa, de forma imediata.

22

O estudo das técnicas antivírus é essencial para a formação e atuação de peritos policiais, pois esses mecanismos representam o estágio mais avançado da camuflagem digital utilizada por *malwares* modernos. Tal compreensão às possibilidades de ataque direto a *softwares* de segurança permite que o profissional identifique comportamentos anômalos, preserve evidências digitais e reconstrua o vetor de infecção com precisão técnico-científica — competências indispensáveis nas investigações de crimes cibernéticos e fraudes eletrônicas.

Nesse contexto, assinale a opção que apresenta uma técnica de implementação de antivírus.

- (A) Antiemulação, na qual o vírus modifica algum endereço de um executável, desviando a execução do programa para outra parte do código, evitando o endereço inicial.
- (B) Blindagem antidepuração (*arming*), empregando mecanismos de introspecção que permitem a um vírus localizar e eliminar processos de antivírus residentes na memória, incluindo *firewalls* e editores de registro do sistema, impedindo a inicialização de ferramentas de segurança após o reinício.
- (C) Evasão (*avoidance*), que disponibiliza um conjunto de ferramentas para esconder rastros de invasão de computadores e evitar a detecção.
- (D) Retrovírus, que visa especificamente tornar a análise do código malicioso difícil para pesquisadores, recorrendo a técnicas que dificultam tanto a análise dinâmica quanto a estática.
- (E) Tunelamento (*tunneling*), na qual o vírus rastreia o código de funções da API do sistema operacional que utiliza, a fim de garantir que a execução chegue ao destino real e não esteja sendo monitorada; se detectar interceptação, o vírus desvia o controle para burlar o monitoramento.

Conhecimentos Regionais (Piauí)

23

O patrimônio do Piauí reflete as múltiplas dimensões da identidade sertaneja e nordestina, manifestando-se em festas populares, saberes tradicionais, edifícios, paisagens e rituais de forte caráter simbólico. Esses elementos culturais preservam a memória coletiva e evidenciam a riqueza e a diversidade cultural do estado.

Assinale a opção que apresenta corretamente a descrição de um patrimônio do Piauí.

- (A) O *Bumba-meу-boi piauiense* é reconhecido como patrimônio histórico, devido à preservação de seus figurinos e adereços em museus regionais.
- (B) As *Cavalhadas de Piripiri* são classificadas como patrimônio natural, por expressarem manifestações culturais associadas ao ambiente rural e à paisagem do interior piauiense.
- (C) As *Festas do Divino Espírito Santo* são patrimônio imaterial que integra rituais, música e devoção popular, por fortalecer o sentimento de pertencimento comunitário.
- (D) As *rendas de bilro de Ilha Grande* e os bordados de Pedro II são considerados patrimônios materiais por resultarem em produtos tangíveis e artesanais.
- (E) A *Semana Santa de Oeiras* é considerada patrimônio arquitetônico, por envolver objetos litúrgicos das igrejas utilizados nas procissões.

24

Leia os trechos a seguir.

- I. *Continuando a viagem debaixo de chuva, acampamos em Caldeirão. Arreios, roupas e tudo mais tinha-se molhado de tal modo que se tornavam farrapos incômodos. Também os animais, que vinham lutando contra a falta de água, agora não se agradaram da exuberância. Isto é peculiar ao sertão: os extremos. Poucos dias antes transitamos dentro do leito de um rio seco, que nos servia de estrada; hoje, bem longe de seu leito, se tornava mister romper a caatinga à procura de passagem, pois a estrada, com as encharcadas do rio, estava intransitável. No seu poder desenfreado, o rio arrastava todas as poucas plantações do pobre sertanejo. É o que impõe no sertão, como se expõe o sertanejo.*

Adaptado de: Luetzelburg, Philipp von. *Estudo botânico do Nordeste*, n.57, série I-A, vol. 1, 1922-1923, p. 83. Citado por Silva, Laila da. Uma região impermeável ao progresso: secas, ferrovias e rodovias no Piauí (1910-1945), tese de doutorado Casa de Oswaldo Cruz, 2023, p. 95-96.

- II. *Enquanto o Sul progride e marcha numa evolução progressiva, o Norte, entre as suas próprias forças e apoio unicamente em seus modestos recursos, consegue, apenas, com extraordinários esforços, um pequeno e lento desenvolvimento. Lá, toda a intensidade da civilização com todos os privilégios e regalias dispensados pelos poderes públicos do estado, aqui, o atraso, o abandono e essa luta infernal e titânica com as asperezas de uma natureza ingrata que abate, enfraquece e aniquila as energias individuais.*

Adaptado de: Jornal Diário do Piauí. 14 de março de 1911. Citado por Silva, Laila da. Uma região impermeável ao progresso: secas, ferrovias e rodovias no Piauí (1910-1945), tese de doutorado Casa de Oswaldo Cruz, 2023, p. 49.

Com base na leitura dos trechos, assinale a opção que interpreta corretamente as imagens construídas sobre a região do Piauí nos trechos.

- (A) O trecho I descreve a região como marcada por condições de vida adversas, enquanto o trecho II sustenta que o espaço apresenta indícios de desenvolvimento.
 (B) O trecho I evidencia o contraste climático do sertão piauiense, enquanto o trecho II ressalta a suposta superioridade natural da região frente a outras do Brasil.
 (C) O trecho I apresenta uma visão otimista sobre a convivência do sertanejo com o clima, enquanto o trecho II adota um tom pessimista quanto ao futuro socioeconômico da região.
 (D) O trecho I evidencia a extrema variabilidade climática no sertão, enquanto o trecho II ressalta, além das dificuldades naturais, um suposto abandono governamental como fator de atraso.
 (E) Os dois trechos evidenciam um cenário predominantemente subdesenvolvido, mas com infraestrutura suficiente para atenuar os impactos das condições naturais.

25

Analise as afirmativas a seguir sobre o clima do estado do Piauí e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O sul do Piauí apresenta clima equatorial, caracterizado por altas temperaturas e elevada umidade durante todo o ano, com índices pluviométricos superiores aos da região amazônica.
 () O estado encontra-se em região de clima semiárido, marcado por longos períodos de seca e baixa pluviosidade, o que influencia diretamente o modo de vida da população e a produção econômica do estado.
 () O litoral piauiense apresenta clima tropical úmido, com chuvas bem distribuídas ao longo de todo o ano e com variação térmica alta, apresentando temperaturas amenas durante o inverno.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
 (B) V – F – V.
 (C) F – F – V.
 (D) F – V – F.
 (E) V – V – V.

26

A criação da região denominada MATOPIBA (acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) representou uma redefinição da fronteira agrícola brasileira, vinculada à expansão da agricultura moderna em áreas de cerrado. No caso do Piauí, essa incorporação territorial implicou profundas transformações socioeconômicas e ambientais.

Considerando essas transformações e os princípios do planejamento territorial e da sustentabilidade, assinale a opção correta.

- (A) A inserção do Piauí no MATOPIBA decorre de sua tradição agrícola, baseada na pequena propriedade familiar e na policultura de subsistência, que influenciou a expansão do agronegócio de grãos.
 (B) A porção piauiense do MATOPIBA, concentrada sobretudo no Sudoeste, apresenta conversão de cerrado em lavouras mecanizadas, gerando concentração fundiária, pressão sobre comunidades tradicionais e degradação ambiental.
 (C) A incorporação do Piauí ao MATOPIBA resultou na erradicação de práticas de monocultura e substituição por sistemas agroecológicos sustentáveis, conforme diretrizes do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável.
 (D) A adesão integral do cerrado piauiense ao MATOPIBA resultou na adoção de tecnologia moderna e na completa eliminação da pecuária extensiva, priorizando exclusivamente lavouras de grãos mecanizadas.
 (E) No contexto do MATOPIBA, o Piauí foi o único estado a apresentar redução significativa da produção de soja e milho, devido às restrições impostas pela legislação estadual de zoneamento ecológico-econômico.

27

Observe o gráfico a seguir.



Fonte: <https://dados.pi.gov.br/category/educacao/educacao-basica/>

Embora o gráfico mostre um avanço histórico no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do estado do Piauí entre 2005 e 2023, o estado ainda enfrenta desafios significativos.

Assinale a opção que apresenta corretamente um desses desafios relacionados à educação no Piauí.

- (A) A alta desigualdade municipal, evidenciada pela disparidade nos indicadores educacionais, impõe desafios à formulação e à implementação de políticas públicas equitativas.
- (B) A defasagem na alfabetização na idade certa, cujos índices permanecem abaixo da média nacional, impacta o desenvolvimento escolar.
- (C) A substituição das aulas presenciais do ensino técnico por conteúdos gravados, sem acompanhamento docente, contribui para a redução da qualidade do aprendizado.
- (D) A oferta limitada de escolas de tempo integral, apenas presente nas áreas urbanas, dificulta o vínculo dos jovens com a escola e contribui para o aumento da evasão escolar.
- (E) A dificuldade em assegurar o acesso universal à pré-escola compromete o suporte às famílias que precisam trabalhar e prejudica o desenvolvimento infantil.

28

A formação política e administrativa do Piauí ocorreu de maneira gradual, acompanhando o desenvolvimento econômico e a consolidação de uma elite local. No contexto das transformações do período colonial e das mudanças trazidas pela Independência do Brasil, o território piauiense assumiu papel relevante nas disputas pela integração do norte e do interior ao novo Estado nacional.

Assinale a opção que apresenta corretamente elementos presentes no processo de ocupação e formação histórica do Piauí.

- (A) A ocupação do território piauiense iniciou-se na segunda metade do século XVII, avançando a partir das margens dos rios, impulsuada pela criação de gado e pela ação de sesmeiros ligados à Casa da Torre da Bahia.
- (B) Antes da criação da Capitania do Piauí, a região era conhecida como "Sertão de Fora" e esteve sob jurisdição da Capitania da Bahia até 1758, quando passou a integrar o Grão-Pará e Maranhão.
- (C) A Capitania do Piauí foi criada no início do século XVIII e esteve subordinada diretamente à Capitania de Pernambuco, consolidando desde o início a produção de açúcar como principal atividade econômica da região.
- (D) A Capitania de São José do Piauí teve como primeiro governador Domingos Afonso Mafrense, cuja administração consolidou a pecuária como principal atividade econômica e subordinou a região à Capitania de Pernambuco.
- (E) Após a independência do Brasil em 1822, o Piauí aderiu imediatamente ao Império, destacando-se por ter sido uma das primeiras províncias do Norte a romper com o domínio português, sem confrontos armados.

29

Sobre as regiões de desenvolvimento do estado do Piauí, analise as assertivas a seguir:

- I. A Chapada das Mangabeiras, localizada no extremo sul piauiense, é uma região estratégica por abrigar nascentes de importantes bacias hidrográficas e pelo seu crescente potencial agrícola;
- II. A Chapada do Vale do Rio Itaim é a mais nova região de desenvolvimento do estado, está na região centro-sul e destaca-se pelo potencial em energia renovável e pelos recursos hídricos;
- III. A Carnaubais, situada no norte do estado, é conhecida por sua elevada densidade urbana e intensa atividade industrial, predominando sobre atividades agrícolas e extrativistas tradicionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

30

Considere as imagens a seguir.

I.



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/historico>

II.



Fonte: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/01/08/rio-parnaiba-reduz-nivel-em-teresina-e-floriano-sul-do-piaui-deve-ter-chuvas-intensas.ghtml>

A imagem I retrata a cheia do Rio Parnaíba em Teresina no ano de 1947, enquanto a imagem II apresenta o mesmo fenômeno ocorrido em 2022.

Com base na análise comparativa das imagens, assinale a opção que indica corretamente os fatores responsáveis pelas enchentes históricas do Rio Parnaíba na capital do Piauí.

- (A) O assoreamento do leito do rio, aliado à expansão urbana irregular e à verticalização desordenada, aumenta o risco de enchentes.
- (B) A construção de barragens e represas ao longo do rio bloqueia permanentemente o fluxo das águas e cria enchentes frequentes.
- (C) A impermeabilização do solo, por meio da pavimentação urbana e do alargamento de vias, modifica a salinidade do subsolo, o que intensifica as inundações.
- (D) A drenagem natural do rio para canais artificiais com capacidade limitada contribui para o transbordamento das águas em trechos urbanos durante períodos de chuva.
- (E) A instalação de indústrias de grande porte nas margens do rio, ao liberar resíduos e elevar a temperatura das águas, causa o aumento do nível do rio.

Conhecimentos Específicos

Direito Penal

31

Lucas, investigador de polícia, participou de complexa investigação, no âmbito da qual apurou-se a prática de crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente por parte do servidor público João, em detrimento de Caio, infante com seis anos de idade.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.069/1990, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () Aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, independentemente da pena prevista, não se aplicam os ditames da Lei dos Juizados Especiais Criminais.
- () Nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- () A perda do cargo público, como efeito da condenação por crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, praticado por servidor público com abuso de autoridade, independe da ocorrência de reincidência.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) V – V – V.
- (E) F – F – F.

32

Após ser provocado, de forma reprovável, por Caio, o particular Matheus, extremamente irritado, acabou por ofendê-lo, por meio de palavras depreciativas e de baixo calão.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que a conduta de Matheus

- (A) não é considerada crime, já que o agente foi previamente provocado, de forma reprovável, por Caio.
- (B) caracteriza o crime de injúria, sendo certo que o juiz deverá aplicar as penas previstas no tipo penal.
- (C) caracteriza o crime de injúria, mas o juiz poderá deixar de aplicar a pena.
- (D) caracteriza o crime de difamação, mas o juiz poderá deixar de aplicar a pena.
- (E) é formal e materialmente atípica.

33

João, reincidente em crime doloso, compareceu, em agosto de 2025, por volta das 14h00min, à Rua Alfa, ocasião em que procedeu à subtração, sem violência ou grave ameaça à pessoa, de equipamentos utilizados para fornecimento de energia elétrica, evadindo-se na sequência. Registre-se que os bens subtraídos foram avaliados em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João responderá pelo crime de furto

- (A) simples, com a incidência de uma causa de diminuição de pena.
- (B) qualificado, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
- (C) simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
- (D) qualificado, sem causas de aumento de pena.
- (E) simples, sem causas de aumento de pena.

34

João realizou publicação de natureza jornalística, em revista de grande circulação, contendo cenas de nudez de Maria, com a adoção de recurso que impossibilitou, por completo, a identificação da mulher.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que a conduta de João não caracteriza crime em razão da existência de causa (de)

- (A) excludente de culpabilidade.
- (B) excludente de tipicidade.
- (C) extintiva da punibilidade.
- (D) excludente de ilicitude.
- (E) isenção de pena.

35

Após a observância do contraditório e da ampla defesa, como consectários do devido processo legal, Caio foi condenado, definitivamente, pela prática do crime de abuso de autoridade.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.869/2019, tem-se, como efeito da condenação, a

- (A) inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a cinco anos. Registre-se que o referido efeito está condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automático, devendo ser declarado motivadamente na sentença.
- (B) inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de dois a oito anos. Registre-se que o referido efeito está condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automático, devendo ser declarado motivadamente na sentença.
- (C) inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a cinco anos. Registre-se que o referido efeito independe da reincidência em crime de abuso de autoridade, mas não é automático, devendo ser declarado motivadamente na sentença.
- (D) perda do cargo, do mandato ou da função pública. Registre-se que o referido efeito, de natureza automática, está condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade.
- (E) perda do cargo, do mandato ou da função pública. Registre-se que o referido efeito, de natureza automática, independe da reincidência em crime de abuso de autoridade.

36

Matheus, agindo com dolo, vem perseguindo, de forma reiterada, a sua ex-companheira Maria. Registre-se que Matheus está ameaçando a sua integridade física por meio do emprego de arma de fogo. O agente assim atua, invadindo a esfera de liberdade da vítima, com o propósito de reatar o relacionamento de outrora.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Matheus incorrerá no crime de perseguição

- (A) simples, com a incidência de duas causas de aumento de pena, sujeito à ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- (B) simples, com a incidência de duas causas de aumento de pena, sujeito à ação penal pública incondicionada.
- (C) qualificado, com a incidência de uma causa de aumento de pena, sujeito à ação penal pública incondicionada.
- (D) duplamente qualificado, sujeito à ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- (E) duplamente qualificado, sujeito à ação penal pública incondicionada.

37

Caio, servidor público no Estado Alfa, revelou ao seu irmão, por meio de conduta negligente, fato de que tinha ciência em razão do cargo e que deveria permanecer em segredo. Registre-se que, em razão da conduta perpetrada por Caio, a Administração Pública não sofreu qualquer prejuízo.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio

- (A) não responderá criminalmente, já que o Poder Público não suportou qualquer prejuízo, afastando-se a tipicidade material da conduta.
- (B) responderá pelo crime de violação de sigilo funcional, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
- (C) não responderá criminalmente, na medida em que o crime de violação de sigilo funcional não admite a modalidade culposa.
- (D) responderá pelo crime de violação de sigilo funcional, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena.
- (E) responderá pelo crime de violação de sigilo funcional, na modalidade simples, sem causas de aumento de pena.

38

Após o conturbado término da sua relação conjugal, Maria obteve, em juízo, medidas protetivas de urgência em detrimento de Caio, seu ex-marido, proibindo-o de ter qualquer tipo de contato ou aproximação, físico ou virtual, com a ofendida. Contudo, agindo dolosamente, Caio dela se aproximou, buscando a reconciliação do casal. Caracterizou-se, assim, o crime de descumprimento de medida protetiva de urgência.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, analise as afirmativas a seguir:

- I. A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.
- II. Por se tratar de crime praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, trata-se de infração penal inafiançável.
- III. A ação penal, no caso, é pública condicionada à representação da ofendida.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

39

Lucas, investigador de polícia, atua, concomitantemente, em três complexas investigações, envolvendo os seguintes delitos:

- I. lesão corporal de natureza grave, praticada, em novembro de 2025, nas dependências de instituição de ensino;
- II. roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca;
- III. extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.072/1990, é correto afirmar que Lucas participa de

- (A) três investigações vinculadas a crimes hediondos, envolvendo a lesão corporal de natureza grave, praticada, em novembro de 2025, nas dependências de instituição de ensino, a extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima e o roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca.
- (B) duas investigações vinculadas a crimes hediondos, envolvendo a extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima e o roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca.
- (C) duas investigações vinculadas a crimes hediondos, envolvendo a lesão corporal de natureza grave, praticada em novembro de 2025, nas dependências de instituição de ensino e a extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima.
- (D) uma investigação vinculada a crime hediondo, envolvendo a lesão corporal de natureza grave, praticada, em novembro de 2025, nas dependências de instituição de ensino.
- (E) uma investigação vinculada a crime hediondo, envolvendo a extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima.

40

Caio, multirreincidente em crime doloso, foi condenado, definitivamente, pela prática de determinada infração penal, ao cumprimento de seis anos de detenção, além do pagamento de multa. Registre-se que, na primeira fase da dosimetria da pena, o juízo considerou a presença de três circunstâncias judiciais desfavoráveis.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio iniciará o cumprimento da pena em regime

- (A) fechado, ficando sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- (B) semiaberto, ficando sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- (C) aberto, ficando sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- (D) fechado, ficando sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.
- (E) semiaberto, ficando sujeito a trabalho fora do estabelecimento e sem vigilância.

Direito Processual Penal

41

Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir:

- I. O inquérito policial deverá ser instaurado no prazo máximo de quarenta e oito horas, contado do registro da respectiva ocorrência policial.
- II. Não havendo manifestação judicial no prazo de doze horas, a autoridade competente requisitará às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso, com imediata comunicação ao juiz.
- III. O sinal permitirá acesso ao conteúdo da comunicação de qualquer natureza, que independe de autorização judicial, conforme disposto em lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

42

Caroline, vítima de infração penal persequível, mediante ação penal pública condicionada à representação e praticada no contexto da Lei Maria da Penha, compareceu à Delegacia de Polícia para registrar o ocorrido. Contudo, após se reconciliar com João, autor do delito, Caroline demonstrou interesse em renunciar à representação outrora oferecida. Registre-se que o Ministério Público ofereceu denúncia em face de João, pendente de recebimento pelo juízo competente.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, é correto afirmar que Caroline

- (A) poderá renunciar à representação até o encerramento da instrução processual, perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, ouvido o Ministério Público.
- (B) poderá renunciar à representação antes da prolação da sentença, perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, ouvido o Ministério Público.
- (C) poderá renunciar à representação antes do recebimento da denúncia, perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, ouvido o Ministério Público.
- (D) não poderá renunciar à representação, já que o Ministério Público já ofereceu denúncia.
- (E) não poderá renunciar à representação, em razão do seu caráter irrenunciável.

43

José, residente e domiciliado no Município *Alfa*, praticou infração de menor potencial ofensivo em detrimento de Caio, morador do Município *Beta*. Registre-se que a infração penal foi perpetrada no Município *Gama*, onde ambos trabalham.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, será competente para o processo e julgamento da infração de menor potencial ofensivo o Juizado Especial Criminal localizado no(s) Município(s)

- (A) *Beta* ou *Gama*, a critério do ofendido.
- (B) *Alfa* ou *Beta*, a critério do ofendido.
- (C) *Gama*.
- (D) *Beta*.
- (E) *Alfa*.

44

Após a realização da audiência de custódia, Lucas, primário, capturado em flagrante pela prática do crime de furto qualificado, foi colocado em liberdade, mediante monitoração eletrônica, sem prejuízo de outras medidas cautelares de natureza diversa da prisão.

Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () Em caso de determinação de soltura com imposição de monitoramento eletrônico, deverá ser expedido o respectivo alvará e, em ato contínuo, o mandado de monitoramento eletrônico, que deverá conter a qualificação da pessoa a ser monitorada, a indicação do motivo, do tipo penal, do fundamento jurídico, o prazo de validade e informação sobre as condições impostas.
- () O monitoramento eletrônico poderá ter seu prazo de validade prorrogado e as condições alteradas mediante decisão judicial, devendo ser imediatamente averbadas as referidas ocorrências no respectivo mandado em vigor.
- () Considerar-se-á automaticamente revogado o mandado de monitoramento eletrônico quando decorrido o prazo de sua validade sem a averbação de sua prorrogação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – F.
- (D) V – V – V.
- (E) F – F – V.

45

José, delegado de polícia, representou, em observância às formalidades constitucionais e legais, pela decretação da prisão temporária de Caio, pela prática do crime de sequestro, na modalidade simples, cometido contra Maria, maior e capaz.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.960/1989 e da Lei nº 8.072/1990, é correto afirmar que a prisão temporária terá o prazo de

- (A) cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, já que não se está diante de crime hediondo.
- (B) até dez dias, renovável por igual tempo, uma vez comprovada a sua indispensabilidade, já que não se está diante de crime hediondo.
- (C) até trinta dias, renovável por igual tempo, uma vez comprovada a sua indispensabilidade, por se tratar de crime hediondo.
- (D) sessenta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, por se tratar de crime hediondo.
- (E) trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, por se tratar de crime hediondo.

46

A Polícia Civil do Estado do Piauí prendeu, em flagrante, José, imputando-lhe a prática do crime de roubo circunstaciado. Deflagrada a ação penal, supostas irregularidades e nulidades foram arguidas pela defesa técnica do denunciado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é incorrecto afirmar que

- (A) nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha ocorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- (B) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser sanada até o encerramento da instrução processual, mediante ratificação dos atos processuais.
- (C) a incompetência do juiz anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
- (D) não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- (E) nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

47

José, policial civil, foi ouvido, na qualidade de testemunha de acusação, em persecução penal afeta à prática, por João, do crime de furto qualificado pela fraude. Após a oitiva do agente da lei, passou-se ao interrogatório do acusado. A defesa, em seguida, requereu a acareação entre o policial civil José e o acusado, sob o fundamento de que existiriam divergências sobre fatos e circunstâncias relevantes.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que a acareação

- (A) será admitida, caso demonstrada a imprescindibilidade da medida, sendo certo que os acareados serão repreguntados pelo juiz, para que expliquem os pontos de divergências.
- (B) será admitida, sendo certo que os acareados serão repreguntados, para que expliquem os pontos de divergências, reduzindo-se a termo o ato de acareação.
- (C) não será admitida, já que a fé-pública, inerente à palavra do policial civil, afasta a necessidade de se aplicar o referido instituto.
- (D) não será admitida, salvo se houver a concordância expressa do Ministério Público e do próprio policial civil.
- (E) não será admitida, já que o referido instituto não é aplicável entre testemunha e acusado.

48

Lucas, delegado de polícia, informou aos novos investigadores da sua unidade policial a importância de se observar a cadeia de custódia da prova, a qual nada mais é do que o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir:

- I. O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio;
- II. O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial deverá imediatamente dar conhecimento do fato ao perito, sob pena de ficar responsável por sua preservação;
- III. Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

49

A Polícia Civil do Estado do Piauí representou pela decretação da prisão preventiva de dezenas de investigados em complexa investigação envolvendo a prática de crimes contra a Administração Pública. Após a oitiva do Ministério Público, o juiz competente acatou a argumentação da autoridade policial, decretando a segregação cautelar dos agentes.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente estiver nas situações descritas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de seis anos de idade ou com deficiência.
- (B) Homem com filho de até doze anos de idade incompletos.
- (C) Extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- (D) Maior de oitenta anos.
- (E) Gestante.

50

João, preso preventivamente pela prática do crime de roubo circunstaciado, praticou fato previsto em lei como crime culposo. Registre-se que, em razão da sua ação, houve subversão da ordem interna no âmbito do estabelecimento prisional.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que João

- (A) poderá ser incluído no regime disciplinar diferenciado, já que a sua conduta ensejou a subversão da ordem interna no âmbito do estabelecimento prisional.
- (B) poderá ser incluído no regime disciplinar diferenciado, já que a sua segregação cautelar decorre da prática de crime de roubo circunstaciado.
- (C) não poderá ser incluído no regime disciplinar diferenciado, já que a sua conduta caracterizou crime culposo.
- (D) poderá ser incluído no regime disciplinar diferenciado, que terá duração máxima de seis meses.
- (E) não poderá ser incluído no regime disciplinar diferenciado, por se tratar de preso provisório.

Direito Constitucional

51

O Presidente da República editou decreto regulamentando determinado direito previsto em lei, afeto aos policiais civis. No âmbito do Congresso Nacional, um grupo de parlamentares argumentou que o decreto não se restringiu a regulamentar o benefício; em verdade, ultrapassou os balizamentos estabelecidos pela lei de regência.

Ao consultarem os órgãos internos sobre a medida passível de ser adotada para que o decreto não produzisse efeitos, foi corretamente informado aos parlamentares que

- (A) é possível que o Congresso Nacional suste o decreto.
- (B) não há nenhuma medida passível de ser adotada, o que decorre da separação dos poderes.
- (C) somente é possível submeter o decreto ao Poder Judiciário, invocando a sua constitucionalidade.
- (D) é possível que a Mesa Diretora do Congresso Nacional revogue o decreto ou ingresse com a ação própria.
- (E) deve ser requerido ao Poder Executivo a revogação do decreto e, caso isto não ocorra, o Legislativo decidirá.

52

O Estado Alfa editou a Lei nº X em matéria de competência legislativa concorrente com a União, que deveria ser aplicada pelos órgãos da Polícia Civil. No momento da edição desse diploma normativo, este último ente federativo ainda não tinha incursionado na respectiva temática. Ocorre que, em momento posterior, a União editou a Lei nº Y, dispondo sobre a temática, em âmbito nacional, em sentido oposto ao da Lei nº X.

Nesse caso, é correto afirmar que a

- (A) Lei nº Y é inconstitucional.
- (B) Lei nº X é inconstitucional.
- (C) Lei nº X foi revogada pela Lei nº Y.
- (D) Lei nº X deve continuar a ser aplicada em Alfa.
- (E) Lei nº X deve ter apenas sua aplicação suspensa.

53

Em razão das obras de ampliação da siderúrgica Alfa, foi detectada, por pescadores da região, eletores assíduos e muito participativos na seara política, um despejo elevado e contínuo de resíduos sólidos no principal rio existente, o que não gerou impactos imediatos na qualidade do manancial e na atividade pesqueira. Apesar disso, cogitaram ingressar com uma ação constitucional para impedir a continuidade do despejo, já que efeitos deletérios certamente seriam percebidos em futuro próximo.

Ao consultarem um especialista, foi corretamente esclarecido aos pescadores que

- (A) é cabível a ação popular.
- (B) é cabível a ação civil pública.
- (C) devem impetrar mandado de injunção para que seja editada norma, pelo poder competente, obstando o despejo.
- (D) devem impetrar mandado de segurança, para assegurar o seu direito líquido e certo ao livre exercício da atividade econômica.
- (E) é cabível a ação popular, desde que seja demonstrado que o despejo também acarretará danos ao erário, com as medidas de contenção.

54

A Constituição Federal, em seu artigo 144, expressamente incluiu as polícias civis entre os órgãos de segurança pública. Além disso, no parágrafo 4º do mesmo artigo, estabeleceu que “às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares”.

Diante disso, considerando as atribuições constitucionais e legais da polícia civil e de seus delegados de polícia, assinale a opção correta.

- (A) Os delegados de polícia possuem independência funcional, uma vez que a polícia civil possui o caráter de função essencial à atividade jurisdicional do Estado e à defesa da ordem jurídica.
- (B) A lavratura de Termo Circunstaciado de Ocorrência constitui atividade privativa dos delegados de polícia.
- (C) As polícias civis não integram a estrutura do Poder Executivo, uma vez que constituem órgãos dotados de autonomia administrativa, funcional e financeira.
- (D) No ordenamento jurídico brasileiro, a atividade de investigação criminal é privativa dos delegados de polícia.
- (E) A polícia civil integra a estrutura do Poder Executivo e está subordinada ao Governador do Estado.

55

João é brasileiro nato, mas entusiasta da cultura equatoriana. Em determinada fase de sua vida, decidiu que iria tentar viver no Equador, obtendo a respectiva nacionalidade. Decidiu, ainda, que iria se desprender do seu passado antes de iniciar a sua aventura, renunciando à única nacionalidade que possuía, a brasileira, o que, ao seu ver, facilitaria a obtenção da nacionalidade equatoriana.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) não é admitida a renúncia à nacionalidade, por se tratar de direito indisponível.
- (B) é possível que João renuncie à nacionalidade, o que pressupõe sentença judicial nesse sentido.
- (C) não pode ser acolhido o pedido de perda da nacionalidade na situação descrita, caso João venha a formulá-lo.
- (D) ocorrerá a perda da nacionalidade brasileira, como efeito correlato da aquisição da nacionalidade equatoriana.
- (E) é possível que João renuncie à nacionalidade, o que será alcançado com a só manifestação de vontade perante o Ministério da Justiça.

56

Após ampla mobilização da categoria dos policiais civis do Estado Alfa, foi aprovada a Lei nº X, que dispôs sobre o regime jurídico da categoria. Apesar dos avanços promovidos, diversas decisões do Poder Judiciário, tanto em litígios individuais como em sede de tutela coletiva, vinham concludo que a Lei nº X era dissonante da Constituição da República, o que levou o Governador do Estado a cogitar ingressar com ação declaratória de constitucionalidade (ADC).

Ao consultar sua assessoria, foi corretamente esclarecido ao Chefe do Poder Executivo que

- (A) a ADC não é cabível.
- (B) ele não tem legitimidade para ingressar com ADC.
- (C) a ADC pode ser ajuizada, desde que não exista norma interposta, com a Constituição da República, que dela destoe.
- (D) a ADC pode ser ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal, desde que a norma da Constituição da República a ser utilizada não conste da congênere estadual.
- (E) deve ser ajuizada ação direta de inconstitucionalidade com pedido de que seja declarada a constitucionalidade da Lei nº X, considerando a ambivalência do referido instrumento.

Direito Administrativo

57

José é policial civil no Estado do Piauí. Matheus, por sua vez, atua na Secretaria de Estado de Segurança Pública do referido ente federativo. Por fim, João exerce as suas funções na sociedade de economia mista Alfa, integrante da Administração Pública Indireta. Registre-se que José, Matheus e João passaram a exercer as respectivas funções públicas após lograrem êxito em árduos certames públicos.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que

- (A) José e João ocupam cargos públicos. Por sua vez, Matheus ocupa um emprego público.
- (B) José e Matheus ocupam cargos públicos. Por sua vez, João ocupa um emprego público.
- (C) José e João ocupam empregos públicos. Por sua vez, Matheus ocupa um cargo público.
- (D) José, Matheus e João ocupam empregos públicos.
- (E) José, Matheus e João ocupam cargos públicos.

58

Após complexa investigação, Lucas foi indiciado, pela Polícia Civil do Estado do Piauí, pela prática do crime de peculato. Registre-se que, além da responsabilização na esfera criminal, o Ministério Público ingressou, em juízo, com uma ação de improbidade administrativa em face do agente.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Ao réu será assegurado o direito de ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação, e a sua recusa ou o seu silêncio não implicarão confissão.
- () Em qualquer momento do processo, verificada a inexistência do ato de improbidade, o juiz julgará extinto o processo sem resolução de mérito.
- () É lícito ao juiz condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo é

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – F.
- (D) V – F – F.
- (E) F – V – V.

59

Matheus, empresário de sucesso, pessoa saudável financeiramente, foi preso erroneamente, em razão da existência de mandado de prisão preventiva em aberto em detrimento de um homônimo. Registre-se que o acautelamento equivocado ocorreu, ainda, em razão de informações incorretas relacionadas ao agente e que constam de cadastros públicos. Desta forma, após ser colocado em liberdade, Matheus resolveu proceder à retificação dos seus dados pessoais incorretos, para que o evento supracitado não volte a ocorrer. Registre-se que o indivíduo pretende realizar a retificação por meio de uma ação constitucional, dispensando-se a utilização de processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Matheus poderá impetrar um(a)

- (A) mandado de segurança, devendo proceder ao recolhimento das custas para fins de processamento da ação constitucional.
- (B) *habeas data*, devendo proceder ao recolhimento das custas para fins de processamento da ação constitucional.
- (C) mandado de segurança, sendo certo que a referida ação é gratuita, por expressa previsão constitucional.
- (D) *habeas data*, sendo certo que a referida ação é gratuita, por expressa previsão constitucional.
- (E) ação popular, sendo certo que a referida ação é gratuita, por expressa previsão constitucional.

60

Após tomar posse como policial civil no Estado do Piauí, Lucas resolveu estudar, no contexto das técnicas de organização administrativa, onde a Polícia Civil do referido ente da federação estaria inserida.

Nesse caso, considerando o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a Polícia Civil é um(a)

- (A) pessoa jurídica de direito público, criada por meio da desconcentração administrativa.
- (B) pessoa jurídica de direito privado, criada por meio da descentralização administrativa.
- (C) pessoa jurídica de direito público, criada por meio da descentralização administrativa.
- (D) órgão público, criado por meio da descentralização administrativa.
- (E) órgão público, criado por meio da desconcentração administrativa.

61

Maria, residente e domiciliada no diminuto Município *Alfa*, vem sendo vítima de frequentes agressões perpetradas pelo seu companheiro Caio. Registre-se que, em razão dos eventos, Maria procurou, com urgência, o auxílio das autoridades públicas competentes.

Nesse caso, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, pelo (a)

- (A) autoridade judicial; pelo Promotor de Justiça, quando o Município não for sede de comarca; ou pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca e não houver representante do Ministério Público disponível no momento da denúncia.
- (B) autoridade judicial; pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- (C) Promotor de Justiça; pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- (D) Promotor de Justiça; ou pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca.
- (E) autoridade judicial; ou pelo Promotor de Justiça, quando o Município não for sede de comarca.

62

Ao tomar conhecimento de que o Poder Público pretende publicar edital de licitação relacionado à seara da segurança pública, a sociedade empresária *Alfa*, por meio dos seus sócios, consultou a legislação que versa sobre a matéria, constatando que o edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir:

- I. Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.
- II. O edital deverá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.
- III. Todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, exigindo-se a identificação para acesso.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Legislação Institucional da Polícia Civil

63

Após aprovação em concurso público de provas e títulos, Joana tomou posse no cargo de oficial investigadora da Polícia Civil do Estado do Piauí, o que a levou a ser avisada que ingressaria em instituição educacional direcionada ao preparo para o exercício da relevante função policial.

Considerando a sistemática adotada pelo Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, Joana concluiu corretamente que

- (A) o curso de formação terá duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula.
- (B) o curso de formação tem caráter classificatório, considerando sua prévia aprovação em concurso público.
- (C) o curso de formação pode ser realizado por escola superior de formação policial civil de ente federativo diverso.
- (D) durante o curso de formação, Joana fará jus a ajuda de custo não superior a 50% do valor da remuneração para a classe final do respectivo cargo.
- (E) o pedido de exoneração formulado antes da primeira progressão na carreira acarretará, para Joana, o dever de ressarcir ao erário os gastos com a formação educacional.

64

Maria, oficial investigadora de Polícia Civil do Estado do Piauí, foi comunicada por terceiros de que seu superior hierárquico teria solicitado que, no exercício de suas funções, praticasse três atos:

- I. realizar estudos sobre determinada técnica investigativa;
- II. praticar os atos necessários à realização de uma perícia oficial criminal;
- III. conduzir viaturas processuais.

Ao analisar o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, Maria concluiu corretamente, em relação ao enquadramento dos referidos atos no seu rol de atribuições legais, que

- (A) todos se enquadraram.
- (B) apenas o ato I se enquadrava.
- (C) apenas o ato II se enquadrava.
- (D) apenas os atos I e III se enquadraram.
- (E) apenas os atos II e III se enquadraram.

65

Determinado policial civil do Estado do Piauí, em razão de sua singular dedicação, almejava ser promovido na carreira pelo critério de merecimento, o que lhe permitiria obter um incremento remuneratório.

Ao analisar os balizamentos estabelecidos pela Lei Complementar nº 37/2004, o policial civil concluiu corretamente que

- (A) passará, com a promoção, de um padrão para outro dentro da mesma classe.
- (B) é necessário o interstício mínimo de 1 (um) ano desde a última promoção.
- (C) fará jus a uma diferença de vencimento de 10% (dez por cento) caso seja promovido.
- (D) é necessário o interstício mínimo de 2 (dois) anos, a contar da aplicação de qualquer penalidade disciplinar.
- (E) compete ao Delegado Geral da Polícia Civil organizar as listas de promoção por merecimento para cada vaga a ser provida.

66

João é policial civil no Estado Alfa, tendo sido informado de que seria lotado na Corregedoria-Geral da Polícia Civil (CGPC), a partir do primeiro dia útil do mês subsequente, e não mais na unidade de execução em que estava lotado.

Preocupado com a sistemática afeta ao novo órgão, bem como em relação à sua situação estatutária, João consultou a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, tendo concluído corretamente que

- (A) deve permanecer na CGPC por no máximo um biênio.
- (B) o seu chefe imediato, o Corregedor-Geral da Polícia Civil, foi escolhido pelo sufrágio dos delegados de polícia da classe mais elevada.
- (C) tem prioridade na fruição de direitos estatutários no período em que estiver na CGPC, incluindo a fruição de férias.
- (D) após a lotação na unidade da CGPC, lhe é facultada a lotação subsequente em unidade administrativa por no mínimo um ano.
- (E) deve ter assegurado o direito de optar por permanecer na unidade de execução em que se encontra ou ser lotado na CGPC.

Direito Humanos

67

João, pessoa com deficiência e Delegado da Polícia Civil do Estado Sigma, sustentou que a contratação de programas e serviços no âmbito da Instituição deveria ser realizada de modo que pudessem ser usados por todas as pessoas, sem que houvesse a necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 13.416/2015, é correto afirmar, em relação à linha argumentativa apresentada, que

- (A) expressa o conceito de acessibilidade em sua perspectiva legal.
- (B) indica a figura do desenho universal, expressamente prevista na legislação de regência.
- (C) é incompatível com a situação das pessoas com deficiência, que devem ter suas necessidades estabelecidas conforme avaliação biopsicossocial.
- (D) pressupõe a prévia individualização de barreiras atitudinais, de como o nivelamento almejado atua sobre a base axiológica que lhe dá sustentação.
- (E) afronta o princípio da adaptação razoável, que busca promover a integração das pessoas com deficiência conforme o paradigma das pessoas sem deficiência.

68

Johan, nacional do País Alfa, encontrava-se no território brasileiro quando o País Beta requereu sua extradição à República Federativa do Brasil. O requerimento foi instruído com cópia integral do processo penal a que Johan estava respondendo à revelia. No curso do processo de extradição, Johan teve a oportunidade de se manifestar, ocasião em que argumentou que a generalidade dos réus, no País Beta, era submetida a tortura, o que certamente ocorreria com ele caso a extradição fosse deferida.

À luz da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (CTTPCDD), é correto afirmar que

- (A) a extradição não deve ser promovida se houver razões substanciais para crer que Johan corre perigo de ser submetido a tortura em Beta.
- (B) a presunção de legalidade dos atos estatais não pode ceder lugar à presunção de tortura, logo, a possibilidade desse ato ser praticado não deve obstar a extradição.
- (C) apesar da ordem constitucional brasileira vedar a prática da tortura e de outros tratamentos desumanos, a não ratificação da CTTPCDD pelo Brasil impede que os argumentos de Johan sejam considerados.
- (D) o risco de tortura pressupõe que agentes do Estado Beta já tenham sido acusados e condenados por essa prática em detrimento de Johan, em processo no qual lhes tenha sido assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- (E) em razão da dignidade da pessoa humana e do risco à continuidade da vida, deve ser valorizada a palavra de Johan, sendo obstada a extradição até que a instituição competente de Beta ofereça garantias formais de que a tortura não será praticada.

69

Maria, pessoa integrante de um grupo historicamente excluído, sustentou em evento público, no qual se encontravam autoridades de distintos poderes e níveis federativos, que "a construção da igualdade material é uma determinação expressa da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)", de modo que sua efetivação consubstancia obrigação do Poder Público.

No que se refere ao teor da assertiva de Maria é correto afirmar que a DUDH, considerando os seus termos,

- (A) adota a igualdade material como referencial do justo.
- (B) determina a implementação de ações afirmativas em relação a pessoas que se encontrem na situação de Maria.
- (C) menciona a igualdade em sentido lato, não adotando a dicotomia entre igualdade formal e igualdade material.
- (D) vê a igualdade como ínsita à condição humana, não a prevendo como direito autônomo, mesmo em relação a pessoas na mesma situação de Maria.
- (E) somente preconiza a igualdade material em relação à necessidade de serem construídos os direitos da mulher, que deve receber tratamento mais benéfico que o homem.

70

O Ministério Público do Estado Alfa editou a Resolução nº XX, da lavra do Procurador-Geral de Justiça, que estabeleceu os balizamentos para o exercício do controle externo da atividade policial, pela Instituição, no âmbito desse ente federativo, estatuindo, na fundamentação, que os instrumentos a serem utilizados encontravam amparo no disposto na Constituição da República e na Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), já que a legislação estadual não incursionara na temática. Entre os objetivos almejados estão a plena realização das competências estatais e a observância dos direitos humanos. De acordo com a Resolução, as requisições formuladas pelo Ministério Público, no exercício de suas atribuições constitucionais, devem ser atendidas pelas estruturas policiais, apesar dessas estruturas não estarem situadas em um escalonamento hierárquico inferior.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que a Resolução nº XX

- (A) somente apresenta vício em relação à forma.
- (B) somente apresenta vício em relação à referência ao poder de requisição.
- (C) não apresenta vício tanto em relação à forma como em relação à essência.
- (D) somente apresenta vício em relação à correlação entre o controle externo e a observância dos direitos humanos .
- (E) somente apresenta vício em relação ao não reconhecimento de que as estruturas policiais ocupam escalonamento hierárquico inferior.

71

Joana, pessoa com deficiência, almejava ter acesso a determinado direito prestacional, especificamente direcionado aos que se encontram na mesma condição que ela. Ao requerer o cumprimento desse direito ao órgão competente, foi-lhe informada a necessidade de provar a sua condição pessoal.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei nº 13.146/2015, é correto afirmar que serão avaliados os seguintes fatores estruturais do conceito de pessoa com deficiência:

- (A) deficiência de ordem biopsicossocial; interação com uma ou mais barreiras; comprometimento da isonomia com as demais pessoas; e exclusão plena.
- (B) impedimento permanente ou temporário; comprometimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial; e possibilidade de obstruir a participação plena e efetiva na sociedade.
- (C) impedimento de longo prazo; interação com uma ou mais barreiras; possibilidade de obstruir a participação plena e efetiva na sociedade; e comprometimento da isonomia com as demais pessoas.
- (D) deficiência de ordem biopsicossocial; possibilidade de obstruir a participação plena e efetiva na sociedade; comprometimento da isonomia com as demais pessoas; e hipossuficiência econômica.
- (E) exclusão sedimentada de indivíduos representativos do grupo; necessidade de tecnologia assistiva; obstrução da participação plena e efetiva na sociedade; e comprometimento da acessibilidade.

72

Agentes da Polícia Civil do Estado Delta prenderam em flagrante delito João, o que decorreu da prática de crime contra o patrimônio. Ao chegarem na unidade policial, foram questionados por familiares de João em relação ao alcance e ao cumprimento, ou não, de deveres correlatos ao direito à liberdade pessoal da pessoa presa, previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH). Os deveres referidos pelos familiares consistiriam em:

- I. informação das razões da detenção;
 - II. notificação, sem demora, da acusação formulada contra João.
- Nesse caso, a autoridade competente no âmbito da unidade policial esclareceu, inicialmente, em relação aos dois deveres referidos, que
- (A) estão previstos na Constituição brasileira, não na CADH.
 - (B) a informação e a notificação devem ser direcionadas a João.
 - (C) a informação deve ser direcionada aos familiares de João, e a notificação a João.
 - (D) a informação deve ser direcionada a João, e a notificação à sua defesa técnica.
 - (E) a CADH somente prevê o segundo deles, sendo que a notificação deve ser realizada a João e à defesa técnica.

Criminologia

73

Sobre política criminal, polícia e políticas públicas de prevenção de delitos, analise os itens a seguir e assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso:

- () A política criminal tem como único objetivo fornecer ao legislador dados para que este possa tomar boas decisões no tocante à conveniência de criminalizar ou não determinadas condutas.
- () A estratégia de policiamento para prevenir delitos integra o âmbito da política criminal, com a mesma ênfase da política judiciária e da política penitenciária.
- () As funções de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio são atribuídas às Polícias, conforme dispõe a Constituição Federal no seu art. 144.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – F.

74

“Na frenologia (como em certa medida nas neurociências) a delinquência seria determinada biologicamente. Nesse ponto ela foi precursora para a passagem do objeto da criminologia. Se o delito era o centro das atenções no pensamento liberal, o objeto que se impõe agora é o delinquente. As ciências naturais ajudariam a detectar e corrigir os anormais”.

(BATISTA, Vera Malaguti. Introdução Crítica à Criminologia Brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011)

O trecho acima descreve o pensamento da seguinte escola criminológica:

- (A) Criminologia crítica.
- (B) Positivismo.
- (C) Rotulacionismo.
- (D) Teoria da associação diferencial.
- (E) Movimento de Lei e Ordem.

75

Uma das questões mais tormentosas das ciências penais é aquela que debate a existência ou não de finalidades da pena. Entre os teóricos que respondem afirmativamente ao problema, a função ressocializadora da pena é uma das mais relevantes.

Sobre a ideia de ressocialização, analise os itens a seguir:

- I. Ela encontra matriz no pensamento positivista, baseada nas estratégias de correção e reeducação do delinquente, buscando-se prevenir futuros delitos;
- II. A criminologia crítica ressignifica o conceito de ressocialização, vislumbrando nele um norte para a aplicação de penas de maneira justa e coerente, buscando a harmonização do corpo social;
- III. A Lei de Execução Penal brasileira (Lei 7.210/84) refere expressamente a reintegração do condenado com um de seus objetivos.

Está correto o que se afirma em.

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

76

Sobre o conceito de criminologia, assinale a opção correta.

- (A) Sob uma perspectiva crítica, seria mais apropriado falar em múltiplas criminologias, já que os diferentes pensamentos sobre a questão criminal ao longo dos séculos dificultam a adoção de um conceito unificado.
- (B) Para compreender a questão criminal, é indispensável adotar um conceito que prime pela neutralidade, a exemplo daquele adotado pelos positivistas.
- (C) Apesar da dificuldade de conceituação, há consenso sobre o caráter científico da criminologia, em razão de seu método de investigação sólido e coerente sobre as razões do comportamento desviante.
- (D) O esforço para encontrar uma definição de criminologia tem sido uma das prioridades do pensamento criminológico atual.
- (E) A falta de definição de um objeto e método próprios da criminologia fragilizam o seu caráter científico e a sua independência em relação à política criminal.

Medicina Legal

77

O corpo de delito é o conjunto de elementos sensíveis e denunciadores do fato criminoso.

Diante desse contexto, é correto afirmar que

- (A) o exame de corpo de delito só pode ser feito através da avaliação do corpo da vítima.
- (B) o exame de corpo de delito é sempre realizado em seres humanos, não podendo ser executado em animais ou objetos.
- (C) entende-se como vestígio todo objeto material ou bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido que se direciona à infração.
- (D) havendo a confissão do acusado, estará dispensado o exame de corpo de delito.
- (E) o exame de corpo de delito não pode ser feito a qualquer momento, havendo um limite de tempo após a infração para que seja realizado.

78

Os agentes vulnerantes são classificados de acordo com seu mecanismo de ação. As energias de ordem física causam grande parte das lesões observadas no cotidiano das investigações e perícias.

Sobre os tipos de ferimentos encontrados, assinale a opção correta.

- (A) As lesões causadas por objetos perfurantes causam sangramento intenso.
- (B) As feridas causadas por projéteis de arma de fogo têm a largura proporcional à profundidade.
- (C) Objetos perfurantes de calibre médio podem causar feridas com aspecto de casa de botão.
- (D) As feridas com aspecto de casa de botão só podem ser causadas por objetos perfurocortantes de dois gumes.
- (E) Objetos cortantes são capazes de causar desarticulação de um membro.

79

A rigidez cadavérica é um fenômeno abiótico consecutivo e obedece a uma ordem de instalação nos músculos do corpo.

Sobre a marcha da rigidez, assinale a opção correta.

- (A) O músculo cardíaco é o último a entrar em rigidez.
- (B) A rigidez ocorre no sentido crânio caudal, contudo a rigidez do coração e diafragma antecede os músculos da mímica facial.
- (C) Os membros superiores são os últimos a ter a rigidez desfeita.
- (D) A rigidez começa entre 6 e 9 horas após a morte.
- (E) Os membros inferiores são os primeiros a entrar em rigidez.

80

Em inúmeros casos de encontro de cadáver, a investigação criminal auxilia na coleta de informações que podem levar à identificação de um indivíduo.

Sobre a identificação humana, assinale a opção correta.

- (A) A identificação reconstrutiva depende de informações *ante mortem* para comparação com as informações *post mortem* obtidas.
- (B) A identificação comparativa é feita através da estimativa do perfil biológico.
- (C) A análise do DNA é o único método seguro de identificação.
- (D) A identificação necropapiloscópica não pode ser feita em cadáveres no início da fase de putrefação.
- (E) Os ossos do anel pélvico são extremamente úteis no processo de identificação para estimativa de idade e sexo do indivíduo.

Redação Oficial Investigador

A segurança é essencial para o desenvolvimento individual e social. Por isso, a violência é uma das maiores preocupações da população, especialmente em regiões com altos índices de criminalidade, como a América Latina e o Caribe. No Brasil, a realidade é alarmante: o país registra o maior número de homicídios no mundo, segundo o Instituto Igarapé, organização dedicada a pesquisas e soluções para influenciar políticas públicas e corporativas em segurança pública, digital e climática.

Diante de causas complexas – que vão desde desigualdades sociais e o fortalecimento do crime organizado, até limitações nas forças policiais e no sistema prisional -, não existe uma solução única para a violência urbana. No entanto, experiências bem-sucedidas em diversas regiões do país mostram que a inovação pode ser parte dessa resposta. O uso estratégico de tecnologia tem se mostrado promissor no fortalecimento das políticas de segurança pública, permitindo ações mais inteligentes, preventivas e eficazes.

<https://comunitas.org.br/o-papel-da-tecnologia-na-reducao-da-violencia-e-no-enfrentamento-ao-crime-organizado-2/>

Com base na leitura do Texto e em seus próprios conhecimentos sobre a temática, redija um texto dissertativo-argumentativo de, no máximo, 30 (trinta) linhas, sobre o tema:

A importância das novas tecnologias como ferramentas no combate ao crime.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

